

**Escutar a Cidade**

**Dinâmicas sociais no território da Diocese**

5 de março de 2015

**Cidade, um espaço de comunidades com sentido de futuro?**

João Ferrão

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Hoje, um jornal diário português muito conhecido faz 25 anos. Para comemorar esta data, dedicou a sua edição ao tema “tempo”. Na primeira página do jornal pode ler-se em grandes letras: Dar tempo ao tempo. Esta frase é tão importante quanto conhecida. Esta minha intervenção centra-se numa preocupação diferente: a de dar espaço ao tempo e tempo ao espaço. Podendo parecer um mero jogo de palavras, estas expressões procuram traduzir uma das clivagens que mais caracteriza a vida social nas grandes cidades contemporâneas mas que, não tendo a visibilidade necessária, não suscita o reconhecimento que merece.

Esta preocupação decorre de duas constatações. A primeira é que, ao longo da história, as cidades sempre foram os principais focos das grandes mudanças sociais. A segunda prende-se com o facto de nos confrontarmos hoje com uma conjugação invulgar de três crises estruturais: a crise da economia global, crescentemente desregulada e subordinada a lógicas financeiras sem qualquer racionalidade produtiva (financeirização da economia); a crise da Europa como projeto político e social, como consequência da ausência de lideranças mobilizadoras, do reforço de clivagens internas entre os países do Norte e do Sul e, ainda, da emergência de forças centrífugas de natureza nacionalista e xenófoba (fragmentação do projeto europeu); e, finalmente, pela crise de Portugal como sociedade confiante, isto é, constituída por cidadãos que confiam em si, nos outros e nas múltiplas instituições que organizam a vida coletiva do país (diminuição do grau de confiança interpessoal e institucional).

Estas duas constatações permitem realçar dois pares de palavras-chave. No primeiro caso, cidades e mudança. No segundo, crise e futuro. A partir delas é possível formular uma questão para cuja resposta tentarei dar um contributo com esta minha intervenção: *como construir novos futuros no dia-a-dia das cidades através da intensificação e qualificação das relações entre as pessoas?* A questão coloca o foco

nas relações e tem como pressuposto, naturalmente discutível, que as pessoas mudam mais em função das relações que vão estabelecendo com os outros ao longo das suas vidas do que a partir das suas características e atributos individuais.

Para tentar responder à questão que coloquei, apresentarei três conjuntos de comentários, o primeiro sobre a concepção moderna de progresso, o segundo acerca da importância das cidades e o terceiro sobre as tensões espaço-tempo que caracterizam as grandes cidades atuais.

Na sua concepção moderna, o progresso é considerado um processo linear, unidirecional e universal. Em nome do progresso, pessoas e grupos, cidades e países, deverão percorrer um mesmo tipo de trajetória, visando os mesmos objetivos e passando por etapas semelhantes. As diferenças existentes decorrem da diversidade das condições genéricas e das características individuais, que explicariam por que razão uns progredem mais rapidamente do que outros, embora todos desejavelmente na mesma direção. A distinção, prevalecente durante tanto tempo, entre países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos sugere essa marcha linear, que todos deveriam cumprir em nome do progresso. Ora esta concepção moderna de progresso apaga o passado, transformado em algo antiquado, arcaico, retrógrado, e aprisiona o futuro, visto como uma extrapolação previsível do presente ainda não transformado em passado. Esta visão moderna de progresso é, portanto, duplamente predadora. Por um lado, identifica o passado com memória, não o valorizando como um recurso ou ativo que ajuda a construir o futuro mas antes como algo que, em alguns casos, deve ser respeitado e merece ser salvaguardado. Por outro lado, olha para o futuro como um destino, e por isso não valoriza o debate sobre diferentes futuros desejados.

O filósofo francês Maurice Blondel escreveu nas primeiras décadas do século passado que “o futuro não se prevê, constrói-se”. Esta frase é particularmente importante em momentos de crise, como o que vivemos atualmente. Estaremos perante uma interrupção do progresso, tal como foi encarado até há bem pouco tempo, ou antes face a uma disrupção, que nos levará a destinos desconhecidos e inimagináveis? É verdade que a continuidade e a descontinuidade sempre coexistiram, ainda que com pesos relativos distintos, em qualquer período da história da humanidade. Mas sobretudo em momentos de crise, a construção de futuros que não é possível prever, face à inexistência de cartilhas ou modelos preexistentes, pressupõe, mais do que em períodos de relativa estabilidade, multiplicar as possibilidades de o imprevisível ocorrer. Por isso precisamos de comunidades com sentido de futuro. E assim somos conduzidos ao segundo conjunto de comentários, relativo às cidades.

Afinal, por que são as cidades importantes? Porque aí vive mais de metade da população do planeta, sabendo-se que esse valor aumentará muito provavelmente para cerca de 70% em poucas décadas? Essa é, sem dúvida, uma razão significativa,

mas não a mais relevante. Porque as cidades sobreconcentram casos extremos: afluência e pobreza, convivialidade e solidão, serviços especializados e exclusão social, poluição e jardins, inovação e degradação, cuidado e indiferença? Esta é também uma razão crucial para explicar a importância das cidades: elas são palcos privilegiados de oportunidades e ameaças, esperança e riscos, e por isso alvo de intervenção dos mais diversos tipos de entidades, dos empresários aos assistentes sociais, dos investigadores aos voluntários, dos decisores políticos à Igreja. Mas talvez a principal explicação para a importância das cidades seja, como referi inicialmente, o facto de elas serem os principais focos das grandes mudanças sociais, porque é nelas que existe maior diversidade sociocultural, mais mobilidade geográfica e social, pessoas mais qualificadas, instituições mais robustas, maior interação tanto de proximidade como à distância. O que mais distingue as cidades de outros contextos é a densidade e a complexidade relacional que as caracteriza, e que criam condições de cruzamento de ideias, saberes e culturas que estimulam e favorecem inúmeras formas de inovação social. Mas serão as cidades um enorme palco de interações virtuosas, envolvendo todos os que aí vivem ou trabalham? Esta dúvida leva-nos ao último conjunto de comentários.

As cidades, sobretudo as de grande dimensão, caracterizam-se pela elevada incidência de situações de multi-presença dos indivíduos e das famílias. Vivemos num bairro, deixamos os filhos na casa dos avós ou numa escola localizadas em outra área da cidade, trabalhamos noutra local, fazemos compras em centros comerciais ou grandes superfícies junto dos nós de autoestrada ou dos terminais de transporte público, dispersamo-nos por diversos espaços de lazer, fazemos voluntariado ou vamos ao ginásio em locais por vezes improváveis. Nas sociedades contemporâneas, e sobretudo nas cidades, a mobilidade tornou-se, simultaneamente, uma obsessão e uma necessidade. Muitos de nós somos verdadeiros nómadas urbanos. Ao mesmo tempo, contudo, idosos, desempregados e doentes vivem em espaços confinados, perdida a mobilidade que já tiveram por incapacidade física, impossibilidade material ou simplesmente pelo estado anímico em que se encontram. Esta é a nova bifurcação das cidades contemporâneas: os que têm espaço mas não têm tempo; e os que têm tempo mas não têm espaço.

Como dar, então, mais espaço aos que têm tempo e mais tempo aos que têm espaço? Ou, por outras palavras, como garantir o direito à cidade – a usá-la e vivê-la – aos primeiros e como assegurar o direito ao tempo lento – da contemplação, da reflexão, da leitura e do convívio – aos segundos?

A busca da resposta a estas questões passa pela formulação de novas questões, que nos ajudem a rever atitudes, comportamentos e finalidades. Olhemos, por exemplo, para os que têm espaço mas não têm tempo.

A multi-presença que caracteriza o cotidiano de tantos habitantes das cidades limita-se, a maior parte das vezes, a passagens efêmeras e desatentas pelos vários locais percorridos. Mas não poderemos transformar os casos de multi-presença em situações de multi-pertença, através da partilha de ideias, valores e projetos com quem conhecemos nesses diversos locais, construindo, por essa via, novas identidades a partir de múltiplas redes? E como aproveitar as situações de multi-pertença e a formação de novas identidades que elas proporcionam para “tornarmo-nos outros”, isto é, para nos transformamos individual e coletivamente? E, finalmente, como mobilizar essa capacidade individual e coletiva de “tornarmo-nos outros” para construir comunidades com sentido de futuro e, por isso, capazes de vislumbrar futuros desejados e antecipar a sua ocorrência?

Na sua formulação simples, quase singela, a frase de Blondel “o futuro não se prevê, constrói-se” é extremamente poderosa. Ela constitui um repto à indiferença, um apelo à responsabilidade, um desafio ao debate. Esta é a interpelação que vos queria deixar: que papel cabe aos católicos, como cidadãos conscientes, e à Igreja, como instituição portadora de esperança a crentes e não crentes, numa sociedade urbana que precisa de dar mais tempo ao espaço e mais espaço ao tempo como condição para construir futuros desejáveis, baseados em valores e necessidades sem tempo (atemporais) e sem espaço (universais) que garantam um cotidiano digno a todos os cidadãos e uma vida social justa e feliz às várias comunidades?